

# PREFÁCIO

Foi com grande satisfação que, em janeiro de 2018, nas instalações do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), recebi, de viva voz, o convite que a minha estimada colega, a Professora Sílvia Brandão, me endereçou para prefaciá-la a presente obra, que irá, sem dúvida, contribuir para enriquecer a produção e o conhecimento sobre o português falado em África, mais precisamente em Moçambique e São Tomé e Príncipe, na sua relação com a variedade brasileira. O conjunto de capítulos que compõe este trabalho tem como propósito investigar a que se devem determinadas tendências linguísticas de convergência e divergência no espaço da língua portuguesa onde o português não é ou não foi, historicamente, a língua dominante. Trata-se de uma obra com assinatura exclusiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integralmente no feminino (o prefaciador será a exceção que confirma a regra!), para a qual também contribuiu, modestamente, o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, através de diversos tipos de colaboração e partilha de recursos com a URFJ, o que mostra a unidade na diversidade em matéria de assuntos da língua portuguesa.

A investigação científica sobre o português em África é um fenómeno essencialmente pós-colonial que se encontra em franca expansão devido a uma conjuntura favorável que se foi desenvolvendo ao longo das últimas décadas. Neste percurso, devemos destacar, acima de tudo, a conquista da independência por parte das antigas colónias portuguesas em África, a qual funcionou como um primeiro catalisador de descentralização linguística, ainda que o português europeu tenha sido elevado a língua oficial exclusiva nesses novos Estados. O fim dos longos conflitos armados que se seguiram às independências em Angola e Moçambique foi um outro passo indispensável para que se criassem condições propícias à investigação. Paradoxalmente, estes conflitos tiveram como “efeito secundário” uma maior propagação do português, visto que muitos falantes de outras línguas, oriundos de zonas interiores, foram forçados a abrigar-se nos centros urbanos, onde o português funciona(va) como língua franca. A estabilidade alcançada depois deste período conturbado continua a favorecer o português, a principal língua da educação, da administração, dos meios de comunicação e da ascensão socioeconómica, isto é, a língua alta.

Nos últimos anos, graças a uma maior estabilidade, tem-se vindo a realçar a crescente importância económica e geolinguística dos países de língua portuguesa em África, especialmente Angola e Moçambique. Nestes países, o elevado cres-

cimento demográfico, que se faz acompanhar de um aumento muito significativo do número de falantes L1 e L2 do português, constitui um pilar fundamental na manutenção do português como uma das línguas com relevância global e a mais falada no hemisfério sul. O processo de crescente nativização do português em África é, de resto, um fenómeno singular que não se observa em relação a nenhuma outra antiga língua colonial nesse continente, sendo São Tomé e Príncipe o caso mais emblemático, onde, salvo raríssimas exceções, todos falam português e predominantemente como L1. Este percurso independente, mas sempre na companhia do português, por parte dos países africanos de língua oficial portuguesa traduz-se, inevitavelmente, num crescendo de autonomia linguística, face às normas do PE e do PB, que se foram construindo há mais tempo. A afirmação destas novas variedades significa, pois, um gradual abandono do modelo bicêntrico e bicontinental em que se apoiava a língua portuguesa em direção a um modelo pluricêntrico e tricontinental. São ecos do grito de Ipiranga que continuam a ressoar. A bem da língua portuguesa, como não podia deixar de ser.

A delimitação do objeto de estudo da presente obra, estudos variacionistas sobre aspetos fonético-fonológicos e morfossintáticos das variedades de português de Moçambique e S. Tomé e Príncipe, configura uma escolha feliz de vários pontos de vista. Em primeiro lugar, trata-se de duas variedades com características sociolinguísticas distintas: a primeira está em contacto com línguas aglutinantes do grupo banto e apresenta uma taxa de nativização crescente, embora ainda relativamente baixa; a segunda constitui a L1 da maioria da população, mesmo que os censos nacionais não explicitem esta informação. Neste caso, o contacto com o crioulo de São Tomé, uma língua de tipologia isolante, condicionou o português sobretudo historicamente. À comparação entre estas duas variedades junta-se uma terceira, o português de Brasil, uma L1 consolidada com forte historial de L2, com um papel de relevo para o continente africano que se traduz na hipótese de um *continuum* afro-brasileiro. O contraste entre estas três variedades promete dar pistas mais robustas na identificação dos fatores que determinam a variação e mudança linguísticas. Segundo, é uma grande mais-valia a inclusão de estudos detalhados de natureza fonético-fonológica, visto tratar-se de uma área que tem sido largamente descurada na investigação sobre o português em África. Em terceiro lugar, a opção metodológica pela abordagem variacionista não só reforça ainda mais a consistência desta obra como também se afasta de uma certa tradição que apenas privilegia a descrição dos fenómenos divergentes, ignorando, em larga medida, a variação, inclusive a convergência com a norma, e a respetiva interpretação. De facto, a quantificação dos fenómenos relativamente a um *corpus* linguístico pré-definido constitui uma abordagem particularmente valiosa para a descrição e análise de contextos linguísticos mais instáveis e permite formular novas questões sobre gramáticas em competição e processos de cristalização das diferentes áreas da gramática em variedades jovens.

Termino este prefácio felicitando a equipa de editoras e autoras da UFRJ e na expectativa de que esta obra sirva de inspiração a novos trabalhos que possam continuar a documentar e investigar a evolução das novas variedades, tanto na sua relação com o PE e o PB e com as outras línguas faladas nesses espaços como na identificação dos mecanismos que induzem a mudança linguística. Espera-se também que a investigação sobre o contexto linguístico africano possa, em última instância, culminar em políticas linguísticas mais inclusivas que visem, por um lado, adequar o processo de ensino e aprendizagem do português à complexa realidade (socio)linguística destes espaços e, por outro lado, valorizar as outras línguas, muitas das quais fragilizadas pelas dinâmicas linguísticas em curso, em parceria com investigadores e agentes educativos locais. Só assim se completa o ciclo que começa e termina naqueles falantes anónimos que são a fonte do conhecimento produzido.

Lisboa, fevereiro de 2018.

**TJERK HAGEMEIJER**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/  
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

